



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 11, número 2, maio-ago. 2022

UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DE *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS



A POSTCOLONIAL READING OF MARIA FIRMINA DOS REIS' *ÚRSULA*

Rodrigo Matos da Silva GONÇALVES
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR

RECEBIDO EM 05/11/2021 • APROVADO EM 06/07/2022

DOI: 10.47295/mgren.v11i2.346

Resumo

A crítica literária pós-colonial busca estudar como se dão as produções literárias pelos povos das nações colonizadas, assim como pelos próprios colonizadores no que tange à representação desses povos, criando um movimento de resistência à colonização não apenas geográfica, mas também de gênero e de raça. Contudo, ao analisarmos essas representações em território brasileiro, um impasse é encontrado, visto que a produção literária no século XIX - século no qual o Brasil conquistou sua independência - muito se assemelha aos moldes românticos europeus, e excluem de sua narrativa o protagonismo dos indígenas, mulheres e negros escravizados. Geralmente, quando esses grupos assumem o protagonismo, é através de uma voz masculina e branca, membro-integrante de uma burguesia dominante que replicava os moldes europeus de dominação. Contudo, em 1859, na contramão desse movimento, a obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é publicada e, mesmo replicando a estrutura romântica europeia da prosa, traz em si uma abordagem diferente de personagens afrodescendentes e femininos, sendo o primeiro romance brasileiro a trazer essa representação dos grupos citados. Assim, busco analisar como a

crítica literária pós-colonial é aplicada, com base nos estudos de Tolomei (2019) e Said (2011), bem como as particularidades do caso brasileiro, através das pesquisas de Moraes e Lopes (2018) e Telles (2004), para que, assim, seja possível entender qual a relação da obra de Reis com a literatura pós-colonial, assim como identificar quais recursos a escritora usou para representar essa identidade nacional. Após esta pesquisa, foi possível comprovar os tópicos estabelecidos como objetivos e, deste modo, reconhecer as contribuições de Maria Firmina dos Reis para a literatura brasileira contra a colonialidade de raça e gênero.

Abstract

The postcolonial literary critic aims to study how the literary productions took place in the colonized nations, as well as by its own colonizers when it comes to the portrayal of these people. These productions started a resistance movement against not only geographic colonization but also against the genre and racial one. However, when analyzing these representations in Brazilian territory, an impasse is found, since the literary production in the 19th century - the century in which Brazil conquered its independence - is very similar to the European romantic structures and excludes from its narrative the protagonism of the indigenous, women and enslaved ones. Usually, when these groups take on the protagonism, it is through a male and white voice, a constituent member of a dominant bourgeoisie that replicated the European models of domination. However, in 1859, the work *Úrsula*, written by Maria Firmina dos Reis, was published, which, although it reproduced the European romantic structure of prose, brought a different approach to Afro-descendant and female characters. It also was the first Brazilian novel to represent the groups mentioned. Thus, I seek to analyze how postcolonial literary criticism is applied, based on the studies of Tolomei (2019) and Said (2011), as well as the particularities of the Brazilian case, through the research of Moraes and Lopes (2018) and Telles (2004) so that it is possible to understand the relationship between Reis' work and postcolonial literature, as well as to identify which resources the writer used to represent this national identity. After this research, it was possible to confirm the topics established as objectives and, thus, recognize the contributions of Maria Firmina dos Reis to Brazilian literature against the genre and racial colonization.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Pós-colonial. Maria Firmina dos Reis. Literatura brasileira. Romantismo brasileiro.

Keywords: Postcolonial. Maria Firmina dos Reis. Brazilian literature. Romanticism.

Texto integral

Introdução

Por séculos, europeus invadiram todos os continentes onde conseguiram chegar e impuseram seus valores, idiomas, políticas e estruturas sociais, o que, por sua vez, interferiu na cultura local, impondo uma troca compulsória de culturas, gerando assim uma transculturação - ou hibridismo cultural. Esses acontecimentos fizeram com que um povo ficasse marcado por uma sociedade estrangeira e fosse difícil de que acontecesse alguma dissociação, por mais que tentassem.

O que aconteceu inicialmente, em vários casos, foi a tentativa de regresso ao passado e à organização que um dia existiu entre os integrantes de uma comunidade, porém, essa tentativa se mostrou inútil. Sobre isso, é preciso compreender que,

como essas comunidades passaram anos, às vezes séculos, sob o domínio de uma metrópole, e que as marcas deixadas por esse período foram fincadas profundamente, as pessoas que ali habitam não são mais as mesmas que habitavam antes desse acontecimento, por mais que o espaço geográfico seja o mesmo.

Contudo, o sentimento de saudosismo é importante para a pessoa que acabou de conquistar a sua independência, porque é a partir dele que o movimento de construção de uma nova identidade cultural, que reconhece os processos de opressão e intervenção que sofreu, surge e toma força entre os seus conterrâneos.

À vista disso, podemos entender que a teoria pós-colonial nasce de uma “necessidade de criar uma espécie de movimento de resistência política, teórica e epistêmica perante a permanência da colonialidade de gênero, de raça, de localização geográfica e de pensamento com base no sistema hierárquico e na lógica global de desumanização” (TOLOMEI, 2019, p. 158). Portanto, podemos compreender como obras nigerianas como *Things Fall Apart*¹, de Chinua Achebe e *The Rain Came*², de Grace Ogot, ou até mesmo a cubana *Nossa América*, de José Martí, que surgiram em momentos diferentes, representam o mesmo momento histórico de seu país: o processo de descolonização.

Para além dessa realidade, podemos estender a crítica literária pós-colonial às produções concebidas em outros dois ambientes: (1) às obras escritas pelo próprio colonizador que abordem o tema da colonização, como é o caso de Jane Austen em seu livro *Mansfield Park*, em que temos um personagem - Sir Thomas - que ganha seu dinheiro através de uma plantação de açúcar na Antígua, no Caribe, e em momento algum são citados os nativos e pessoas escravizadas que trabalham nessa plantação, como também “Sir Thomas, ausente de Mansfield Park, nunca aparece presente em Antígua, a qual, aliás, é motivo de no máximo meia dúzia de referências ao longo do livro” (SAID, 2011, p. 158), ocasionando, assim, um apagamento das pessoas colonizadas por aqueles que as colonizaram. A referência à colônia também transpõe no texto que, “segundo Austen, devemos concluir que, por mais isolado e ilhado que fosse o local inglês (por exemplo, Mansfield Park), ele requer um sustento ultramarino” (ibidem, p. 157), de modo que evidencie a dependência existente da relação colonizador/colonizado; (2) assim como os textos literários escritos por nativos da colônia que emigraram para a metrópole, como é o caso de Buchi Emecheta, que, em 1962, emigrou da Nigéria para a Inglaterra e em seu livro *Cidadã de Segunda Classe* narra as dificuldades que passou em território estrangeiro, tanto financeiramente, quanto com a xenofobia das pessoas, como também com o choque cultural que ela encontrou lá, não apenas por parte dos ingleses, mas por parte dos próprios nigerianos que deixaram de seguir os seus costumes.

Um ponto que caracteriza bem essa literatura é a resistência. “É a resistência que provoca a descolonização da nação, da cultura e do intelecto” (LEMOS, 2008, p. 50), ou seja, a partir dela uma sociedade reconhece e rejeita a violência promovida por um outro país e passa de marginalizada e oprimida a protagonista e autora de suas histórias e narrativas. Contudo, como foi explicado anteriormente, essa sociedade que ganhou voz após a descolonização foi a mesma que sofreu o processo de transculturação, então esse protagonismo e voz que agora ganhou, terão traços de outros povos. A característica mais importante que pode ser observada é o uso

¹ Todas as traduções necessárias são de minha autoria: “Coisas Se Despedaçam”.

² “A Chuva Veio”.

da língua do colonizador nas histórias produzidas - o que, por sua vez, amplia o alcance das obras.

Apesar disso, nem sempre a língua do colonizador será suficiente para expressar as ideias e os sentimentos de quem escreve, o que leva os autores, muitas vezes, a tomarem liberdades criativas e passarem a incluir palavras de idiomas locais ou misturar os idiomas, formando novas palavras. É possível retomar aqui o exemplo dado de *Things Fall Apart*, em que o autor optou por manter algumas palavras do idioma Igbo, como pode ser visto no seguinte excerto: “*Even as a little boy he had resented his father's failure and weakness, and even now he still remembered how he had suffered when a playmate had told him that his father was agbala*”³ (ACHEBE, 1994, p. 6). No exemplo, temos a palavra *agbala*, que em igbo, segundo o glossário presente no mesmo, página 211, significa “*woman; also used of a man who has taken no title*”⁴, representando aqui tanto a língua local, como também um aspecto cultural daquele povo, que era de desvalorização da mulher, a ponto de comparar um homem sem títulos, sem posses, a ela.

Sendo assim, compreendemos literatura pós-colonial como aquela produzida em um território após o processo de descolonização – salvo as exceções já mencionadas –, que se valerá de um hibridismo cultural, fruto de anos de opressão e imposição por parte de uma metrópole e da língua do colonizador por motivos de acessibilidade e reconhecimento de que agora esse aspecto faz parte da realidade desses povos, sem negar a existência dos idiomas existentes previamente. Diante disso, os autores irão construir uma narrativa sobre eles mesmos a partir de suas próprias experiências e daqueles que os cercam, enaltecendo sua história, seus valores, sua localidade e acontecimentos que deixaram marcas.

As colônias existentes na América começam a conquistar a sua independência nas últimas décadas do século XVIII e durante todo o século XIX, mesmo período em que a burguesia latino-americana importava da Europa a escola literária do Romantismo. Alguns representantes desse movimento começaram a demonstrar traços políticos em suas obras, o que irá ser trabalhado mais à frente.

Estabelecidos esses pontos, passaremos, primeiramente, para uma breve análise de como a literatura pós-colonial manifestou-se em território brasileiro e, a partir desse estudo, iremos trazer as características pós-coloniais da obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicada inicialmente em 1859 sob o pseudônimo de “uma maranhense”, levando em consideração sua oposição ao cânone literário romântico do século XIX ao desafiar o pensamento colonial brasileiro.

Literatura pós-colonial no Brasil

Conceituar literatura pós-colonial no Brasil apresenta uma certa complicação, visto que o modo de colonização portuguesa se difere bastante do inglês e francês – centrais nos estudos decoloniais –, como pode ser ilustrado na seguinte citação:

A vivência portuguesa do Estado Liberal é bem singular, dada a sua condição de semiperiferia da Europa, o que proporcionou relações muito próximas com culturas exteriores, ao mesmo tempo em que

³ “Mesmo quando criança, ele se ressentia da falha e fraqueza de seu pai, e mesmo agora ele ainda se lembrava de como ele sofreu quando um companheiro de brincadeira disse a ele que seu pai era *agbala*”.

⁴ “mulher, também utilizado para homem que não obteve nenhum título”.

não definia muito claramente a sua identidade nacional, principalmente a partir do século XVII. (MORAIS; LOPES, 2018, p. 26).

É dito que Portugal possui essa característica semiperiférica devido ao fato de não ter obtido êxito ao formar “uma imagem a que colonizados se espelhassem, uma vez que também ele estava exposto a ideologias e pensamentos oriundos de outros países europeus” (MORAIS e LOPES, 2018, p. 28), podendo ser enxergado como um colonizador, ao mesmo tempo em que foi colonizado culturalmente por outras nações europeias.

Fundamentados nesse pensamento, podemos começar a entender a colonização portuguesa como uma atividade essencialmente de exploração, que pouco produziu culturalmente a ponto de importar a sua cultura para as colônias. Morais e Lopes (2018) desdobram sobre a questão, através da construção portuguesa de uma narrativa de que sua estadia nos países africanos e na América se deu de forma branda, amena, adicionando a ideia de cordialidade para mascarar a violência para com os nativos e população escravizada. De fato, houve uma possibilidade de que as colônias tivessem uma maior autonomia na hora de desenvolver “dinâmicas próprias com relação à metrópole e outros centros hegemônicos” (MORAIS, LOPES, 2018, p. 30), o que, por sua vez, fez com que no Brasil fosse desenvolvida uma burguesia bem estabelecida e poderosa. Porém, essa cordialidade não foi estendida a todos e vai contribuir para o apagamento das consequências do que foi feito nos territórios ultramarinos e, valendo-se agora do caso brasileiro, é criada uma crença de que o território é composto por uma cultura homogênea, fruto de uma herança europeia:

[A crença na cultura homogênea] predomina em alguns retratos do Brasil na década de 1930, 1940 e 1950, contribuindo para um entendimento da identidade brasileira a partir de uma narrativa homogênea, que não reconhece dentro da nação diferenças culturais cujas demandas são legítimas. (MORAIS; LOPES, 2018, p. 27).

A partir dessa narrativa, não são levados em consideração o genocídio indígena, a presença da população africana para ser escravizada e o papel da mulher nessa sociedade “criada” pelos portugueses. Como efeito dessa homogeneização compulsória, vimos esses mesmos grupos serem excluídos, omitidos e marginalizados nesse período, compreendendo assim um cânone literário brasileiro organizado “de maneira excludente, localizando numa classe social a preocupação de se construir uma nação e sua literatura” (MORAIS; LOPES, 2018, p. 28).

Estabelecido isso, podemos entender a colonização brasileira como sendo dupla: o país sofreu tanto com relação colonizador/colonizado, como a subjugação dos povos indígenas, negros e mulheres no território por aqueles de maior poder, os homens burgueses. Com a independência do Brasil em 1822, o que vigorou no país foi uma monarquia representada pela mesma família portuguesa que colonizava e uma burguesia que tomava cada vez mais força, logo, nesse cenário, tivemos uma perpetuação da mesma homogeneidade cultural que tentavam construir. Tínhamos, então, uma burguesia estruturada da seguinte forma:

A cultura burguesa se fundava em binarismos e oposições tais como natureza/cultura, pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior, que

relaciona em última instância a mulher com o outro, a terra, a natureza, o inferior a ser dominado ou guiado pela razão superior e cultura masculina. (TELLES, 2004, p. 424).

Entender isso como base da sociedade brasileira do século XIX faz-se necessário para uma melhor compreensão das relações de poder que se davam no período pós-independência e como elas influenciaram culturalmente o país, posto que foi ela a responsável por silenciar as minorias e impor uma cultura homogeneizada. De modo semelhante, podemos trazer duas citações sobre o entendimento de Stuart Hall em relação à criação de culturas nacionais, são elas: “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencentes à mesma e grande família tradicional” (HALL, 2006, p. 59). Contudo, ele segue dizendo que “a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (HALL, 2006, p. 59). A partir desses dois excertos, podemos entender como a burguesia, ao deter o poder cultural, econômico e político, fez com que a identidade de uma nação fosse moldada às suas vontades, sem preocupação com o respeito às diferentes realidades e vozes do país.

No campo da literatura, foi adotado o modelo de escolas literárias europeias, com uma tentativa de replicação daquelas produções, mas num molde nacional. Com isso, toda a produção literária produzida após a independência brasileira foi voltada para os moldes românticos europeus.

Anos mais tarde, quando Antonio Candido publicou a *Formação da Literatura Brasileira*, temos a confirmação desse apagamento cultural, visto que ele nos “fornece “uma causalidade terapêutica”, que, por isso, exclui as dinâmicas sociais mais surpreendentes, até mesmo em relação ao que entendemos por literatura e seus produtores” (MORAIS; LOPES, 2018, p. 36). Sendo assim, podemos concluir que aquilo estudado nas escolas e universidades como Romantismo Brasileiro foi uma construção burguesa que replicou moldes europeus, enquanto perpetuava no Brasil a opressão com as mulheres, negros e indígenas, fazendo com que os escritos desses grupos fossem, por muitas vezes, silenciados, ou, quando chegaram a terem repercussão ou serem reconhecidos, fossem aqueles que não necessariamente tocassem em problemas sociais sustentados pelo grupo dominante.

Porém, é importante pontuar aqui que as obras românticas podem apresentar uma característica politizada, visto que, dentre vários aspectos, essa escola passa a olhar para o indivíduo e seus problemas, em vez de idealizações e narrações épicas presentes nos séculos que antecederam esse movimento, como podemos ver na seguinte passagem:

Enquanto as formas de ficção anteriores tinham um direcionamento coletivo, o romance substitui essa tradição por uma orientação individualista e original. Deixa de lado entrecos das mitologias, da história, das lendas ou fontes literárias do passado e passa a empregar, nos enredos, incidentes contemporâneos e argumentos novos. (TELLES, 2004, p. 424).

A partir disso, podemos entender que os autores, ao darem enfoque em sensações e inquietações pessoais de seus personagens, tornaram possível a narração de situações cotidianas ao período em que a obra foi concebida, servindo

como uma fonte de informações sobre a sociedade e seus comportamentos. Indo além,

É preciso acrescentar que existe o hábito - desde o século XIX - de designar como românticos não somente escritores, poetas e artistas, mas também ideólogos políticos - várias obras são consagradas como romantismo político -, filósofos, teólogos, historiadores, economistas etc. Como fenômenos tão diferentes, situados em áreas tão diversas da vida cultural, podem remeter a um único e mesmo conceito? (LÖWY; SAYRE, 2015, posição 271)⁵.

Portanto, faz-se necessário reconhecer o caráter político de algumas obras românticas brasileiras, mesmo levando em consideração o ambiente homogêneo cultural em que foram publicadas. Em determinados casos, como foi apontado por Telles (2004), o fato de termos uma personagem mulher ou algum representante da comunidade negra em uma obra e eles serem tratados com indiferença, forem desenvolvidos de forma rasa e dócil, de modo a aceitarem seu papel de submissão, também pode ser lida como uma representação não neutra, visto que ela tem como intenção reproduzir o ideal de incapacidade desses grupos.

Concluindo, é preciso pensar o cânone literário brasileiro indo além do que foi proposto, compreendendo que possuímos uma literatura pós-colonial e que vai se manifestar a partir de questionamentos desse sistema opressor, sustentado pelo colonialismo interno, ou seja,

A descolonização da Literatura Brasileira passa por um entendimento de que também podemos ser pós-coloniais se operarmos dentro de sistemas de sentidos que façam emergir as identidades culturais silenciadas pela colonização, ou seja, se encararmos as relações e assimetrias de poder dentro de nossa história cultural. (MORAIS; LOPES, 2018, p. 37).

É a partir desse entendimento que será possível analisar a obra *Úrsula* - escrita por Maria Firmina dos Reis, uma mulher afrodescendente e maranhense - com um olhar crítico do que foi incluído nela e levando em consideração o fato de ser um romance que, em 1859, desafiou o sistema hierárquico vigente ao demonstrar a insatisfação dos negros escravizados e os sofrimentos dos homens brancos, responsáveis por sustentar um sistema patriarcal e racista.

Maria Firmina dos Reis: uma breve biografia

A autora, órfã desde os 5 anos e natural de São Luís, Maranhão, aos 25 anos passou em um concurso público para professora na cidade de Guimarães, o que lhe possibilitou a estabilidade financeira necessária para poder escrever e publicar seus escritos, dentre os quais três ficções em prosa: *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887), e uma coleção de poemas, publicada em 1871, intitulada *Cantos à beira-mar*. Sobre sua profissão, ela exerceu seu papel como professora concursada até a década de 1880, quando, ao encerrar suas atividades, fundou a primeira escola

⁵ Por se tratar de um e-book versão Kindle, as páginas não são numeradas sendo assim impossível indicar a paginação correspondente. Ressalto que as normas ABNT não informam uma maneira específica para se fazer as citações de e-book. Esse formato que utilizei é indicado pela Universidade de Chicago.

para garotos e garotas no Maranhão, que não sucedeu, dada à repercussão negativa que teve.

Reis faleceu em 1917, na mesma cidade em que trabalhou durante a maior parte da sua vida. Relatos compilados no site da UFMG, Literafro (2020), contam que ela morreu pobre e sem a visão. Ademais, sua imagem foi, por muito tempo, representada por uma autora gaúcha branca, o que materializa o apagamento de sua raça, característica essencial para compreender decisões narrativas em sua obra *Úrsula*, que será analisada. Seu retrato permaneceu desconhecido por muitos anos, até um biógrafo da autora recolher retratos falados de Reis e assim foi possível construir uma estátua do rosto e busto dela.

Suas obras, segundo D'Angelo (2017), podem ser agrupadas dentro do período romântico brasileiro, que, no ano de publicação de *Úrsula*, ainda estava tomando força no território. Junto a sua contribuição para o romantismo, Reis se mostra pioneira também no romance abolicionista, gênero esse que vai crescer no território somente anos mais tarde, com Castro Alves como principal referência.

Seguindo a linha de suas obras, é importante fazer uma leitura pós-colonial de Reis como estando “na forma como ela se opõe e intervém, pelo viés literário, a lógica vertical da colonialidade, propondo uma relação horizontal na sociedade brasileira, sem hierarquização racial, de gênero e de classe que incidem, sobretudo, no corpo negro” (TOLOMEI, 2019, p. 166). A partir desses entendimentos, é possível identificar essas características em sua obra de 1859, *Úrsula*.

A obra de Maria Firmina dos Reis

No romance *Úrsula*, publicado inicialmente sob a autoria de “uma maranhense”, é possível enxergar a intenção de construir uma história que irá, de algum modo, representar uma naturalidade, almejando, também, a construção de uma identidade daquela localidade, a partir da representação das pessoas que ali habitam. A obra tem como foco o romance entre Úrsula e Tancredo, acompanhados pelos escravizados Túlio e a Preta Susana, além da mãe de Úrsula – Luísa B. – e antagonizado pelo tio de Úrsula, o comendador Fernando. Ao passar pela alforria de Túlio, as memórias da Preta Susana, traumas passados de Tancredo, podemos acompanhar os esforços de Fernando para conquistar o posto de marido de sua sobrinha Úrsula.

Para localizar o leitor, Reis, logo no começo do romance, estabelece geograficamente sua história, construindo um ambiente que representasse o Maranhão:

São vastos e belos nossos campos; porque inundados pelas torrentes do invernam semelham o oceano em bonança calma - branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçado insano quebrar os limites que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltarem - os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito. (REIS, 2018, p. 14).

Nessa passagem, além de ter uma simples representação da paisagem maranhense, temos também uma narração idealizada dessa localidade. A autora

transpõe uma visão poética em sua descrição, o que, por sua vez, estabelece um diálogo com a época em que a obra foi escrita. Esse aspecto dialoga com o que foi estabelecido na primeira seção, de que uma das características que o autor pós-colonial irá buscar valorizar é a sua localidade.

Como também estabelecido anteriormente, na literatura pós-colonial brasileira, uma das características recorrentes será a luta dos grupos oprimidos contra um grupo social privilegiado. Sobre isso, Reis deixou claro, em sua obra, como ela enxergava a escravidão no momento em que Túlio, ao se referir a Tancredo, diz que ele é “homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia!” (REIS, 2018, p. 26), estabelecendo, assim, uma visão abolicionista. Cabe aqui também uma interpretação de que Reis tentava passar uma mensagem para os homens brancos da época, visto que ao tratar Tancredo como um homem generoso, vemos que a atitude de solidariedade para com um diferente, alguém que está socialmente abaixo de você, é algo louvável, digno de reconhecimento.

Mais na frente, quando Túlio recebe dinheiro para comprar a sua liberdade, temos no texto a seguinte passagem: “Túlio obteve pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes” (REIS, 2018, p. 28). Ao representar a relação entre a liberdade de uma pessoa como um presente do divino, Reis vai além de expor a sua crença ao dialogar diretamente com a sociedade maranhense e brasileira da época, fortemente seguidora do catolicismo. Podemos trazer ainda outra afirmação que evidencia o posicionamento da obra, quando, em uma outra conversa entre Tancredo e Túlio, é proferida a seguinte frase quando o ex-escravo se lembra da morte de sua mãe: “Ah! Senhor! Que triste coisa é a escravidão!” (REIS, 2018, p. 95), colocando o ser escravizado - neste caso, Túlio - como uma pessoa ciente e inconformada com sua situação. Ao fazer isso, a autora faz com o seu personagem - homem negro - seja uma pessoa dotada de consciência e não apenas uma pessoa inerte a sua situação. Sobre isso, vale ressaltar que:

A autora não fala do escravo em geral, de uma entidade abstrata, mas o individualiza através de personagens: Túlio, que se torna amigo do bacharel, porque “as almas generosas são sempre irmãs”, é o agente do enredo, tomando as iniciativas que modificam a vida dos outros personagens; Antero e Susana, que ainda se lembram de sua vida na África. (TELLES, 2004, p. 435).

Faz-se importante colocar aqui também a presença de Túlio como um personagem que movimenta a história, que tem voz, característica literária essa que ousava para a sua época, visto que “Uns dez anos antes desse livro, a presença do negro na literatura brasileira era muito discreta e silenciosa, ele aparecia como um cão fiel. Devido à escravidão, não era fácil um escravo se tornar objeto estético” (TELLES, 2004, p. 435). Para além do personagem Túlio, Maria Firmina dos Reis também ousou para a época ao colocar uma segunda personagem negra essencial para a história, a preta Susana. É através dela que vemos uma outra consequência da colonização portuguesa: o tráfico de pessoas africanas. A personagem Susana demonstra saudosismo ao lembrar-se de sua liberdade após ser informada de que Túlio acaba de conquistar a dele. Vemos, na seguinte passagem, como esse sentimento a afeta:

Liberdade! Liberdade... ah” Eu gozei na minha mocidade! - continuou Susana com amargura - Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca de mil conchinhas, que bordavam as areias daquelas vastas praias. (REIS, 2018, p. 67).

Tal excerto, na verdade, vai além de apenas um sentimento de liberdade perdida, há a construção de um ambiente que não é mais reconhecido pelo leitor. Pelo contrário, Reis denuncia que essa pessoa que hoje é escravizada em solo brasileiro, um dia foi uma pessoa livre em outra localidade, fazendo assim com que não apenas sua liberdade tenha sido roubada e negada, mas também ela mesma de seu país de origem, colocando o crime cometido pelos portugueses em evidência e as consequências dele. E é grande o remorso sentido por Susana, visto que: “Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, até a própria liberdade!” (REIS, 2018, p. 67). E a autora continua:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los a sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 68).

Ao trazer um relato detalhado dos acontecimentos, a autora se vale de sua obra para fazer uma denúncia dos atos cometidos pelos portugueses. Ela é incisiva, principalmente, quando coloca a incredulidade de sua personagem perante a falta de empatia daqueles que foram os responsáveis pelos sequestros e transporte de seus “semelhantes”. Essa parte do livro se encerra com a fala de Susana de que “a dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade, foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades” (REIS, 2018, p. 68), colocando, assim, mais uma personagem negra como sua própria porta-voz, uma pessoa ciente das atrocidades cometidas não apenas contra ela, mas contra todo um grupo, fazendo com que ela seja uma personagem consciente das injustiças que seus iguais sofrem. Essa representação, portanto, nos mostra outra subversão que Reis buscou em sua narrativa, porque podemos ver que “tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera” (TELES, 2004, p. 429). Compreendendo, então, as representações literárias como não sendo neutras, e aliando à personalidade construída para Susana - uma

mulher longe de ser tola e adequada a um retrato que lhe foi imposto -, temos mais uma característica pós-colonial da autora.

Uma outra característica do romance de Reis que podemos encaixar dentro da literatura pós-colonial é a vilanização do dono de escravos. Em *Úrsula*, temos esse personagem representado pelo comendador Fernando. Ele é retratado diversas vezes, tanto pela autora como pelos próprios personagens, como uma pessoa má, cheia de ódio e perigosa. Como exemplo de descrição da autora temos:

Fernando tinha vivido solitário, e desesperado com essa luta terrível do coração com o orgulho: e esses desgostos íntimos, que ele próprio forjava, o tinha embrutecido, e tanto lhe afetaram a moral, que era odiado, e temido de quantos o praticavam ou conheciam de nome. Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera - um celerado. (REIS, 2018, p. 81).

Já as pessoas responsáveis por apontar isso vão desde a sua irmã - Luísa B. - ao dizer para a sua filha: "*Úrsula*, minha filha, teme a cólera de Fernando; mas sobretudo teme e repele seu amor desenfreado e libidinoso" (REIS, 2018, p. 85), explicitando aqui que, além de seu irmão possuir demasiado ódio dentro dele, as suas intenções são repletas de impuridade. Nos capítulos seguintes, Túlio também expõe a sua repulsa em relação ao comendador quando diz a Tancredo que "Oh! Vós não conheceis o comendador, e vossa alma generosa terá de repugnar em face das barbaridades, que ele pratica cada dia. Implacável é o seu ódio, e a pobre senhora Luísa B. bem o tem experimentado. Pobre senhora!" (REIS, 2018, p. 92), mostrando, mais uma vez, como a fama do comendador é conhecida pelos moradores da região.

Já nos últimos capítulos da obra, quando Fernando encontra-se desesperado com as consequências de seus atos, o que acontece é um distanciamento das pessoas que o cercam, que ninguém é capaz de lhe ajudar, "Na sua desesperação ninguém o consolava; porque era mau e cruel para os que o conheciam" (REIS, 2018, p. 124), colocando a pessoa dona de escravos como alguém que não recebe um consolo espontâneo, pois ao dedicar seus dias a impor crueldade e injustiça para com seus semelhantes, acabou gerando remorso nas pessoas, afastando-as de qualquer possibilidade de sentir empatia por ele. Ainda assim, ele passa a demonstrar nenhum remorso sobre seus atos:

Arrepentido! - exclamou o maribundo - Arrepentido, eu? Oh! Não, meu padre. Compadeceu-se Deus do meu martírio? Nunca. Matou-me a esperança no coração. Deixou lavrar o amor frenético no peito, que o rasgou, que deu-lhe a coragem do crime, sem dar-lhe a saciedade da vingança. Cometi muitos crimes, e ainda até hoje não serenou-se-me o coração sedento de ódio e de vingança. (REIS, 2018, p. 131).

Com isso, o antagonista mostra-se incapaz de receber algo que não seja indiferença, o que faz com que o destino daquele que oprime e destrói seja pior do que a morte, visto que ele passa os seus dias com esse ódio o consumindo e vê-se incapaz de libertar-se dele. Reis, nessa parte, deixa passar uma possível visão sua de que as pessoas que no passado trataram os outros com tamanho sadismo não

encontraram nem mereciam paz, e mesmo nessas situações, eles eram incapazes de demonstrarem humanidade.

Considerações finais

Após entender o que a literatura pós-colonial busca e como a mesma se deu no Brasil, foi possível fazer uma leitura dos aspectos trabalhados por Reis. Apesar de apresentar uma obra marcada pelo estilo literário dominante da época, o Romantismo, podemos localizar a obra de Reis como representante da literatura pós-colonial brasileira, visto que trouxe uma história que buscava evocar uma representação de identidades nacionais, com problemas enfrentados pelo povo que habitava no país naquela época, assim como uma visão crítica dos acontecimentos e pessoas responsáveis por construírem essas realidades.

Ainda assim, a partir das informações apresentadas, podemos entender como a autora foi apagada, sua contribuição para a literatura brasileira foi esquecida por décadas e, no final, quem levou os créditos por um movimento ao qual ela deu início - literatura abolicionista -, foi um homem branco (Castro Alves) pertencente à mesma burguesia reprodutora de moldes coloniais. Vemos aqui a importância de fazermos a leitura dessa escritora e manter seu legado vivo no imaginário, assim como fazer o devido reconhecimento dos temas abordados pela maranhense.

Contudo, indo além de uma mera representação dos grupos supracitados, Reis traz, em *Úrsula*, os seus próprios pontos de vista acerca da escravidão, humanizando e dando voz aos personagens negros e reconhecendo que estes possuem uma herança que data antes do seu sequestro e vinda para o Brasil, assim como denunciando os culpados por criarem e manterem esse sistema.

Assim, Maria Firmina dos Reis colocou seu nome na história literária brasileira e, mesmo tendo sido apagada pelo cânone literário e redescoberta décadas depois, passou a servir como importante fonte de estudo acerca das produções culturais do século XIX.

Referências

ACHEBE, Chinua. *Things fall apart*. New York: Doubleday, 1994. 214 p.

D'ANGELO, Helô. *Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira*. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>. Acesso em: 08 set. 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.

LE MOS, Gisele Cardoso de. *Literaturas pós-coloniais anglo-indiana e brasileira: questões profanas e sagradas*. 2008. 44 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Cap. 3. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13364@1>. Acesso em: 16 dez. 2020.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. Versão eletrônica para Kindle.

MORAIS, Maria Perla Araújo; LOPES, Frederico José Andries. O colonial e o pós-colonial na literatura brasileira. *Literatura em Debate*, Erechim, v. 12, n. 23, p. 26-40, jun. 2018.

MINAS GERAIS. *Liteafro*. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Maria Firmina dos Reis. 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/liteafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 19 out. 2020.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: e outras obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018. 289 p.

SAID, Edward. Jane Austen e o império. In: SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 143-167.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 423-466.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista. *Ex Aequo*, Lisboa, v. 39, p. 153-168, 2019. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2019-07/12.cristianetolomei.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Para citar este artigo

GONÇALVES, Rodrigo Matos da Silva. Uma leitura pós-colonial de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 11, n. 2, p. 653-665, maio-ago. 2022.

O autor

Rodrigo Matos da Silva Gonçalves é graduando em Letras-Português e Inglês Licenciatura Plena na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é professor de inglês do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio São Paulo, desde 2022. Foi bolsista remunerado do projeto Residência Pedagógica no núcleo de Inglês do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES-UFS), entre 2020 e 2022 e bolsista voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência entre 2018 e 2019 e pesquisador no Programa Iniciação Científica Voluntária, no projeto 'Narrativas literárias de escritoras afrodescendentes de línguas portuguesa e inglesa', de 2020 a 2021. Além disso, atuou como professor de inglês em formação pelo projeto de extensão Inglês sem Fronteiras-IsF da Universidade Federal de Sergipe (UFS).